

Mogno só pode ser extraído com selo

CYNTHIA GARDA

BRASÍLIA – O Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (Ibama) suspendeu 17 planos de exploração florestal ainda com autorização para extrair e vender legalmente o mogno, no Pará, Acre e Mato Grosso. A extração, a partir de agora, só vale com uma certificação ambiental. Ela é representada por um selo, recebido por empresas que cumprem cota de exploração do governo e permitem a recuperação do mogno.

A vistoria técnica, concluída há um mês, recomenda que pelo menos dois dos planos sejam obrigados a devolver a madeira vendida nos últimos anos. Eles estariam usando a autorização para acobertar extração em áreas proibidas.

A única exploração permitida foi a dos índios Xikrim, no município de Paraupabas (PA), porque já entrou em processo de regularização. O impacto ambiental e social da venda da madeira está prestes a ser aprovado pelos padrões de empresas especializadas e organiza-

ções não-governamentais certificadoras.

Invasões – “Apesar das oportunidades dadas pelo governo para a exploração de mogno, elas continuavam de forma predatória, desrespeitando as regras do manejo florestal e invadindo terras indígenas”, diz Hamilton Casaras, presidente do Ibama.

Novas autorizações para extração dependem de análise do Ibama quando as áreas estiverem no entorno de terras indígenas, parques, reservas e florestas nacionais.

Em 1996, o governo estabeleceu uma moratória de dois anos a novos projetos de extração de mogno. Ela vem sendo reeditada e vale até junho de 2002. Continuaram legais apenas os projetos anteriores à moratória. Em 1999, 65 deles foram avaliados. Sobreviveram os atuais 18.

Em outubro, o governo suspendeu a exploração e venda legal da madeira. Na última quarta-feira, com a instrução normativa nº 22, retirou a autorização dos últimos planos de exploração aprovados pelo Ibama. A

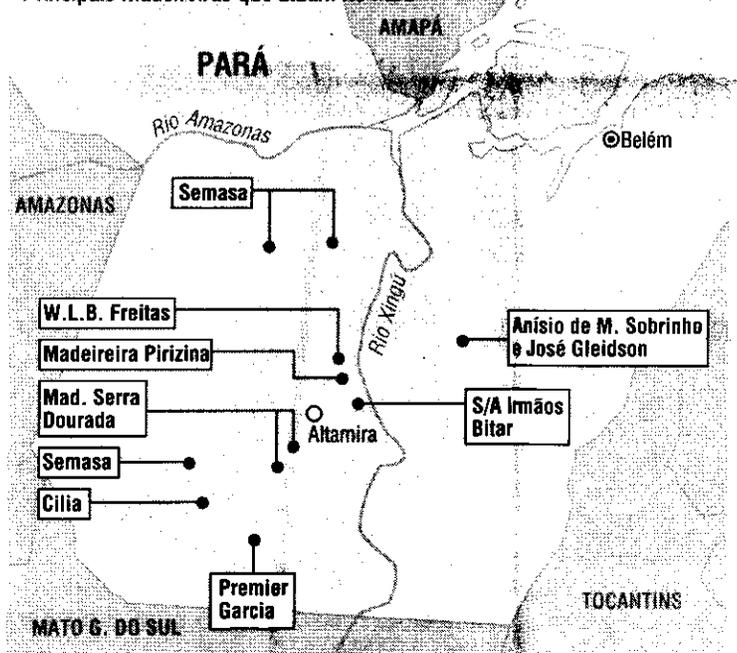
norma foi editada após auditoria ambiental das equipes do Ibama, da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, da Secretaria de Meio Ambiente do Pará e ONGs.

Denúncia – O relatório final de 11 planos vistoriados pede o cancelamento de uma das áreas

da madeireira Serra Dourada, na região de São Félix do Xingu. A equipe técnica constatou que “parte do projeto não está sendo executado dentro da área da propriedade.” E recomenda denúncia no Ministério Público sobre condições “críticas” de alojamento dos trabalhadores.

Extração irregular de mogno

Principais madeireiras que atuam no Pará



Na região de Altamira foram vistoriados projetos da Serraria Marajoara Indústria, Comércio e Exportação Ltda. A madeira, na avaliação dos técnicos, simplesmente não existe em duas das áreas autorizadas. Eles recomendam denúncia no Ministério Público e à Polícia Federal e que o mogno utilizado e “acobertado com os citados projetos” seja devolvido.

“Aqueles que não exploraram o plano de manejo terão de repor a madeira vendida nos anos 90”, diz José Lelandi Barroso, chefe nacional da fiscalização do Ibama. A auditoria investigou contas e operações de indústrias e empresas madeireiras do Pará. O saldo final: R\$ 24 milhões em multas.

Madeireiros da região criticam as restrições ao comércio de mogno e a qualidade da auditoria. “Acho um absurdo levar ONGs para operações de fiscalização. Agride a soberania do país”, diz o engenheiro civil Mário Souza, funcionário da Tapajós, que vende mogno de áreas de exploração, inclusive da Serra Dourada.

ONGs ajudam na preservação

BRASÍLIA – A primeira fase da Operação Mogno, iniciada em junho passado, desmontou 80 acampamentos de madeireiros clandestinos. Foram retirados mil homens, bloqueadas áreas de acesso e apreendidas 600 motosserras e 1,2 mil metros cúbicos de mogno.

O momento posterior da operação uniu Ibama, Greenpeace e outras organizações não-governamentais (ONGs) no mapeamento dos locais de extração irregular. Com apoio de dois aviões do Greenpeace, foram apreendidos 13 mil metros cúbicos de toras na reserva dos índios caiapó, entre os rios Iriri e Xingu, no Sudoeste do Pará.

Em 22 de outubro passado, o Ibama suspendeu a extração, industrialização, transporte e comércio. Agora, as áreas de manejo, que ainda podiam explorar o mogno, também perderam a autorização.